

Contra estigmas e generalizações: o direito à voz e as estratégias de apagamento e invisibilidade do sujeito no texto jornalístico

Against stigmas and generalizations: the right to speak and the strategies of erasure and invisibility of the otherness in journalistic narratives

Fernando Moreira¹

1 Doutorando (bolsista Capes) e mestre em Semiótica e Linguística Geral pelo Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Integrante do laboratório de estudos semióticos GES-USP e do corpo editorial da Revista Estudos Semióticos (USP). E-mail: fernando_moreira@usp.br.

Resumo

Neste artigo, desenvolvemos uma observação crítica sobre a representatividade identitária da alteridade na mídia a partir de uma abordagem transdisciplinar. Partindo de uma análise sociológica e cultural do sistema de *produção de consensos* em que se insere o fazer jornalístico, buscamos identificar estruturas subjacentes a ele. Metodologicamente, portanto, optamos pelo paradigma do estruturalismo. Em seguida, comparamos o tratamento e a construção do *éthos* do sujeito do enunciado em duas reportagens: a primeira, um desdobramento do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, mostrando como as vítimas da mineradora foram retratadas na narrativa; a segunda, um perfil de Ricardo Corrêa da Silva, pejorativamente chamado de Fofão da Augusta, por suas características físicas e pelo hábito de frequentar a famosa rua paulistana. Por fim, propomos uma discussão sobre as possibilidades de inclusão do sujeito que estava à margem, o *outro*, mostrando que sua individualização é possível e evita estereotipagens preconceituosas.

Palavras-chave

Discurso midiático, mineração em Brumadinho, Ricardo Corrêa da Silva, Fofão da Augusta, produção de consenso.

Abstract

In this article, we developed a critical observation about the identity representativeness of otherness in the media from a transdisciplinary approach. We start from sociological and cultural analysis of the *engineering of consent* system in which journalistic practice is inserted to identify structures underlying it. Methodologically, our approach follows the structuralism paradigm. Then, we compared the treatment and construction of the subject's *ethos* in two reports: the first, an unfolding of the rupture of the Vale dam, in the municipality of Brumadinho – Brazil, showing how the mining company's victims were presented in the narrative; the second, a profile of Ricardo Corrêa da Silva, pejoratively called *Fofão da Augusta*, due to his physical characteristics (similar to those of a stereotyped character on Brazilian television) and to his habit of frequenting the famous São Paulo's street (Rua Augusta). In the end, we propose a discussion about the possibilities including the sidelined subject, the *other*, showing that he can be individualized and that this avoids prejudiced stereotyping.

Keywords

Media discourse, mining in Brumadinho, Ricardo Corrêa da Silva, Fofão da Augusta, the engineering of consent.

Introdução

Para entendermos a criação, o funcionamento e a manutenção de valores simbólicos que podem ser identificados nos discursos jornalísticos, é preciso pensá-los como integrantes de um projeto maior, um projeto de convencimento social que, por ter esse fim, deve tentar se manter de forma a ser pouco percebido, uma espécie de tela transparente, porém contingente. Não se explicita, mas pode ser notada ao fazermos o exercício abstrato e retrospectivo de nos debruçarmos sobre o processo primordial e estruturante de estabelecimento de relações. Dessa maneira, emerge o sentido, a significação. Tal processo científico de análise é caro a autores das Ciências Sociais e Humanas, como nos estudos do discurso²; também, a nós, será vital.

Trata-se de mostrar como o jornalismo, seguindo tendências de uma ideologia da globalização e sua massificação, integra um projeto maior de poder, com raízes econômicas profundas, o que impacta fortemente seu sentido de *ser* na sociedade: o ingrediente humano, o social e o de promoção de equidade pela informação. Essa promoção passou a ser validada a partir de números de audiência, dados de acessos, alcance, capilaridade e menos por seu teor e seu conteúdo de responsabilidade social. Assim, há um apagamento do sujeito na mídia em diversas instâncias, desde as formais até as de conteúdo.

O repórter não fala em primeira pessoa. Não parece contar o que testemunhou, mas usa de uma linguagem com *efeito de sentido* de objetivação, o que, obviamente, não passa de um efeito, já que imparcialidade absoluta é um fetiche idealizado e publicitariamente construído como sinônimo de credibilidade. O interlocutor passa a não ser educado a ouvir versões e selecionar as que têm mais embasamento em dados ou razoabilidade comprováveis. A sua criticidade dependerá de seu nível de interesse para construí-la por si próprio, uma vez que

2 O principal autor da semiótica de matriz francesa, Algirdas Julien Greimas, produz seu *paradigma semiótico* (ZILBERBERG, 2006) a partir de inspirações antropológicas lévi-straussianas; linguísticas saussurianas e hjelmslevianas; formalistas, da Escola de Praga e da Rússia, com Valdimir Propp; fenomenológicas husserlianias e de Merleau-Ponty. Autores como Zilberberg, Landowski e Lottman vão manter essa tradição estrutural, assim como pensadores de outras áreas, como Latour, na antropologia.

ele recebe como verdade uma narrativa pasteurizada, produzida com um suposto distanciamento, envelopada. Assim, abre-se um caminho para alternativas às mídias tradicionais, em espaços nos quais há maior intersubjetividade – como a internet e as redes sociais: linguagem menos formal, interatividade etc. – e menos prescrições, como ocorre na imprensa que se pretende fiscal da sociedade e da política para alguns assuntos, sendo omissa em outros de mesma natureza.

A descrição do sujeito na mídia, os entrevistados ou chamados *personagens*, termo de gosto duvidoso, já que não se trata de ficção, não escapam a essa lógica midiática de generalização. O tempo na TV e no rádio e o espaço no jornal, seja impresso ou on-line, são curtos, e as narrativas são estereotipadas em grande parte das vezes³. Esses sujeitos, assim como as marcas de pessoa (subjetividade) na linguagem do repórter e do apresentador, passam por um apagamento de suas identidades, por meio de generalizações e de formatos narrativos gastos, o famoso manual, mesmo que este seja implícito ou transmitido oralmente nas redações. Além desse aspecto formal que altera seu estatuto, a construção de seu *éthos*, esses sujeitos também são vistos sob a lógica de mercado. São aqueles que devem trabalhar, contribuir, seguir as normas etc., ou são sancionados negativamente. O olhar diferenciado, individualizado, contextualizado não parece existir, não parece haver tempo ou empatia para tais narrativas, contudo, vivemos delas, talvez por isso o *storytelling* não tenha deixado de ser o eixo fundador de qualquer projeto, seja publicitário ou jornalístico. As tentativas de humanização, mesmo escondendo intuitos efetivos de desumanização – comércio selvagem, venda de produtos pouco efetivos – estão a todo tempo sendo apresentadas como estratégias de manipulação por sedução ou por provocação.

Lançamos um olhar metonímico e demorado (GREIMAS, 2017) sobre as questões, uma nova forma de construção de narrativas que deve, sem dúvida, estar ligada a uma nova forma de construção de sistema de valores socialmente.

3 Podemos dizer que podcasts, blogs e sites em redes sociais quebram essa clausura do tempo enxuto e apresentam mais possibilidades de identificação intersubjetiva com o interlocutor, contudo, o lastro com uma razoabilidade narrativa nem sempre é presente. Por isso mesmo, muitas pessoas que procuram esses meios apenas são atraídas por critérios patêmicos, afetivos, que reiteram suas crenças, seu *sistema de valores*.

Enquanto o capitalismo selvagem liderar cada instância de nossos processos sociais, direta ou indiretamente, seremos menos capazes de perceber e de enxergar o outro.

O jornalismo e o consenso: a violência discursiva que subjaz aos projetos de poder

Um persistente sonho americano, desde seu processo de luta por independência, sempre foi a dominação pela supremacia. Assim que as 13 colônias americanas se tornaram independentes do Reino da Grã-Bretanha, em 1776, houve o início de um processo expansionista (RICUPERO, 2017), em princípio territorial – incorporação de regiões como a da Louisiana, por meio de compensação financeira à França; ou a compra do Alaska da Rússia. No decorrer de sua história, os tipos de dominação foram ocorrendo e se justificando ora por critérios divinos (Destino Manifesto) ora pela diplomacia da inteligência (o chamado *soft power*), tornando-se, assim, mais fluídos e híbridos. Por que, contudo, iniciarmos nossa análise recorrendo a eventos remotos? Tudo ficará mais explícito nas linhas a seguir, contudo, podemos responder de forma mais direta e simplificada ao lembrarmos que o modelo fluido de dominação americana é o que se tornará hegemônico e determinará desde fluxos financeiros a processos econômicos e sociais, especialmente a partir do século XX, de forma mais atuante após a Segunda Guerra Mundial, mesmo com o latente enriquecimento já após a Primeira, atingindo o ápice com a “Teoria da Modernização” (PARSONS *et al.*, 1965), quando o colonialismo moderno e a dependência do sul hemisférico em relação ao norte se institucionalizam cientificamente.

Esse modelo norte-americano a ser seguido, contudo, foi construído ao custo de articulação intelectual, típico de uma guerra *invisível*. Diversos autores escreveram sobre isso. O que nos interessa nessa lembrança é a ideia da *fabricação de consensos*, o esforço científico para transformar uma ex-colônia periférica no farol do mundo, processo em que se insere o jornalismo e outros modos produtivos e de organização que contemplam estratégias de convencimento. Podemos adiantar: não foi por benção divina.

Jessé Souza (2020) destaca o papel de Edward Bernays (2011, 1955) como articulador de um processo de convencimento de massas imprescindível para fazê-las agir a despeito de seus próprios interesses. Inspirado no pressuposto de Lippmann (2015) de que a maioria das pessoas sofre de carência cognitiva e, por isso, precisaria de uma suposta elite *esclarecida* para conduzi-la, Bernays gostava da ideia de manipulação do inconsciente coletivo:

Edward Bernays, duplamente sobrinho de Sigmund Freud, havia se acostumado desde a infância a ouvir as histórias sobre a importância e o poder da vida inconsciente, com suas ilusões, regressões e repressões. Ao contrário do tio, preocupado em compreender a vida inconsciente para ampliar o controle consciente do indivíduo sobre si mesmo, o sobrinho se encantava com as possibilidades de manipulação do inconsciente individual e coletivo para a fundação de um novo ramo de negócios; o de conselheiro de relações públicas de empresas e partidos políticos. (SOUZA, 2020, p. 70)

Assim como Lippmann, que, ao aconselhar Woodrow Wilson, conseguiu transformar um povo até então pacifista em ávido pela entrada do país na Primeira Guerra Mundial, exatamente como pretendia o governo; Bernays também alcançaria feitos estrondosos, primeiramente na iniciativa privada – indústria do cigarro⁴ – e depois no governo americano. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, ele teve apoio da mídia em estratégias obscuras.

A “fabricação do consenso” de Bernays (1955) foi a forma como a elite americana desenvolveu estratégias, muitas delas sustentadas por ideais científicos, em pesquisas que tinham o vultuoso patrocínio dessa mesma elite, para determinar o modo de ação e de reação sociais, ou seja, um “eufemismo para a manipulação deliberada das massas contra seus interesses” (SOUZA, 2020, p. 67).

4 Antes do tradicional desfile de Páscoa de Nova York, em 1929, Bernays convidou mulheres – a quem, até então, era interdito socialmente o ato de fumar – para participar e lhes deu cigarros. Na ocasião, contratou fotógrafos de todos os jornais. A ousadia virou capa do *The New York Times* e encabeçou a campanha das mulheres pelo sufrágio universal, politizando a ocasião em que os cigarros acesos ganharam o pomposo título de “tochas da liberdade”, cunhado pelo próprio Bernays. A ligação entre autonomia feminista e o tabagismo tinha como pano de fundo a *Tobacco Company*, que produzia os cigarros *Lucky Strike* e que havia contratado Bernays.

Indo ao encontro desse princípio de uma dominação por *mão invisível*, uma variedade grande de autores produz estudos que teorizam tais estratégias, tipificando-as, formando uma espécie de gramática de um novo imperialismo, o qual Souza chama de informal. É o caso da “estratégia da abordagem indireta”, de Liddel Hart (1967), defendida e ampliada por Bernays, que consistia no uso de novos meios de comunicação como plataformas de ataque a governos por meio da produção de notícias mentirosas. Qualquer semelhança com tempos atuais não é acidental. É de lá que surgiu a inspiração para o comportamento de grupos que Chomsky chama de “reacionários ultranacionalistas”⁵ (NOAM..., 2019, tradução nossa), com a diferença de que, hoje, esses grupos contam com a propulsão exponencial das redes sociais. Outros exemplos de autores que tratam de tipificações de dominação simbólica são Lind (1989), a respeito das “guerras de quarta geração”; Mann (1992) sobre a *teoria do caos e o pensamento estratégico*; Korybko (2018) sobre as “guerras híbridas” etc.

Esse uso da ciência, seja para descrever, seja para justificar e institucionalizar as formas simbólicas de dominação é o que, para Souza, explica o fato de setores marginais da sociedade defenderem alguns princípios hegemônicos que não os beneficiam. O autor faz uma discussão interessante, que pode ser adaptada aqui como forma de incentivo à reflexão. Jessé elenca a distribuição do trabalho em três níveis: 1) produtores: aqueles que geram conhecimento. Nessa categoria está a ciência; 2) operadores: especialmente os que usam esse conhecimento para fins práticos, como no caso do direito e da economia; e 3) divulgadores: jornalistas e conglomerados de comunicação. Apesar de não ser a mais prestigiosa das instâncias, uma vez que não gera conhecimento ou fatos, a imprensa é demasiadamente importante, por sua capilaridade e por servir de porta-voz a interesses que divergem entre si – mesmo se considerarmos aqueles veículos que tentam equilibrar essas forças tensivas. Daí a imensa relevância da mídia e o não menos imenso interesse de aspirantes ao poder em dominá-la. Tomemos mais

5 No original: “Ultrnationalist reactionary”.

um ponto discutido pelo autor em outro trecho do livro. Jessé Souza (2020) faz um mergulho epistemológico em raízes sociológicas brasileiras e aponta motivos para classes menos favorecidas reproduzirem interesses hegemônicos contrários aos dessas próprias parcelas menos abastadas, numa “adesão popular de setores que não têm nada a ganhar com a mercantilização” (p. 37). Isso é feito a partir de uma engenhosa observação a respeito de uma construção abstrata, que se origina em uma parcela da ciência comprometida com interesses liberais, o que acabou tendo como pilar a separação em termos simbólicos entre Estado e povo, apesar de aquele ser a expressão deste. Impessoal, então, o Estado (e a política) se torna alvo de fúria daqueles que escolhem seus representantes. É a máxima de que *todo político é corrupto*. Assim, não nos reconhecendo nas nossas próprias escolhas, optamos por uma aproximação afetiva com o mercado, que seria idealizado como a semente de valores democráticos, de autodeterminação e de liberdade. Passamos a odiar a política e os políticos, sem lembrar que foram eleitos por nós, mas não fazemos o mesmo com o mercado, que é o responsável pelo sucesso de uns em uma incidência muito menor do que pelo colapso de outros⁶. Passamos a acreditar que a economia é sempre boa para todos, máxima cruel de dominação capitalista pela fabricação de consenso.

Para Souza (2020), a semente de todos esses eventos se encontra no que ele chama de “racismo primordial” (p. 18). Segundo o autor, a base da vida social e política, anterior ao que denomina “racismo racial”. Assim, a manifestação racial é uma das variantes possíveis do primordial. A ideia é ligada à noção de uma diferença ontológica entre os seres humanos, potencializada pela religião antes do Iluminismo e, após, continuada pela ciência que herdou da primeira seu estatuto de pensamento hegemônico. A religião seria a “primeira forma de produção dessa gramática da desigualdade” (p. 22), ao fazer a separação entre o corpo (carnal, pecador) e o espírito (elevado, sagrado). A ciência manteria

6 Parte dessa discussão sobre distinção entre mercado, política e o papel do jornalismo nesse cenário, fizemos em um artigo para a revista eletrônica *Observatório da imprensa*, com outro enfoque, contudo: o contexto da cobertura jornalística do coronavírus (MOREIRA, 2020).

essa dicotomia ao estender o ideal abstrato de espírito elevado ao de erudição. Por outro lado, o corpo ligar-se-ia aos trabalhos braçais, menos valorizados por uma elite majoritariamente branca, que, ainda como herança da religião, tem na heterossexualidade seu valor eufórico, assim como a hierarquização patriarcal da sociedade. O corpo suado e rústico faria referência a algo de menor nobreza, precisamente à escravidão, que se corporifica na pele negra. É aí que surge o “racismo racial”. Após o fim da escravidão pelo mundo, contudo, começam, muito lenta, mas progressivamente, as tentativas de apagamento de racismos explícitos e o preconceito se volta, por exemplo, contra o homem ou a mulher sem instrução, muitas vezes negros, em função de um contexto histórico de exclusão secular. O racismo se camufla em outras manifestações, mantendo-se exatamente o mesmo e alvejando as mesmas vítimas. A ideia latente, aqui, é a da intolerância ao diferente, o ódio à alteridade: o mesmo que separava homens ditos *de bem* dos pecadores – e que se reincorpora em nossos dias. Esse racismo primeiro e estrutural se reproduz nos discursos e na representação dos sujeitos na mídia, também. O sujeito à margem da sociedade não tem voz ou lugar de fala, e para que ele não se revolte contra a brutalidade simbólica – ou violência simbólica (BOURDIEU, 2011) –, precisa ser domesticado e acreditar que esse sistema lhe dá possibilidades de ascensão se, e somente se, ele fizer a sua parte na relação contratual implícita: trabalhar duro, esforçar-se, desejar que a economia melhore e beneficie a elite pois, assim, terá emprego. A construção da ideologia norte x sul mundial não difere dessa lógica. O Norte tem a tecnologia e a expertise. O Sul deve seguir seus modos de produção.

Seguindo o raciocínio do sujeito preterido, deixado à margem da instância de participação social, recorramos ao sociólogo peruano Aníbal Quijano (1978). De acordo com o autor, o termo *marginal* teria origem no que se convencionou chamar de “problema das populações marginais” (p. 18). Essas populações eram, precisamente, compostas por grupos sociais formados após a Segunda Guerra Mundial, a partir do advento de processos migratórios e da urbanização das cidades. A localização geográfica dessas pessoas nos centros urbanos era periférica e suas

condições de acesso à saúde e higiene, precárias. Em função disso, foi havendo uma *crystalização* semântica e estereotipada do lexema e, por consequência, das pessoas a que ele denominava. Quijano nota que a ideia avança para o conceito de inconsistência entre grupos – aquele ao qual pertencem esses indivíduos e o dito grupo de *referência*. Esses antagonismos serão patentes em diversas instâncias, desde a financeira até a social e a de proteção jurídico-institucional. De todas as formas, marcadamente, a marginalidade é, para o autor, resultado de dominação e estratificação na sociedade:

A marginalidade pode se apresentar como *marginalidade total*, ou seja, como o pertencimento e participação dos membros apenas nos elementos e/ou estruturas marginais em cada um destes setores institucionais; ou como marginalidade correspondente a um ou mais desses setores institucionais. Nestes termos, poder-se-á identificar marginalidade social total ou, então, a marginalidade econômica, ou a marginalidade social, ou a marginalidade política, ou a marginalidade ecológica, ou a marginalidade cultural e psicológico-social. (QUIJANO, 1978, p. 38)

Para Gayatri Chakravorty Spivak (2010), “no contexto de produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar” (p. 85). Esse silenciamento, ou apagamento do sujeito subalterno (à margem) parte, de acordo com a autora indiana, da representação desses sujeitos por outros, que pertencem a um grupo discrepante – de homens brancos – tomado por uma visão ocidental etnocêntrica. Estes, então, construiriam um *éthos* de um *outro sujeito*: “a gravidade do imperialismo foi ele ter sido ideologicamente imbuído do sentido de uma ‘missão social’” (SPIVAK, 2010, p. 105). Novamente, aí, está questão da alteridade, nascedouro da intolerância modalizadora de discursos odiosos e que têm, segundo Diana Luz Pessoa de Barros (2016), “a organização narrativa dos discursos intolerantes como discursos de sanção; seu caráter fortemente passional, com ênfase nas paixões do medo e do ódio; os percursos temáticos e figurativos da diferença” (p. 8). Esse outro, esse diferente, pode ser a mulher, historicamente marginalizada, representantes da população LGBTQI+, negros, pessoas com alguma deficiência, pobres, indivíduos cerceados de acesso à instrução etc.

Tais discursos que tratam da alteridade estão presentes, desde sempre, nas narrativas midiáticas, podendo ser reforçados ou atenuados por elas. Tomamos de empréstimo o que observou Rosana de Lima Soares sobre as questões que aspiramos alvejar:

As chamadas “figuras de alteridade” [...] presentes nas mídias sinalizam, de maneira privilegiada, pontos de confluência e articulação de estigmas. É sempre em relação ao um outro, *diferente de nós (e supostamente inferiorizado na dinâmica social)*, que os estigmas apontam suas especificidades, respondendo a uma questão que acompanha, insistentemente, os discursos midiáticos: *como, afinal, (re)presentar o “outro” de modo equilibrado e, sobretudo, ético?* (SOARES, 2020, p. 18, grifo nosso).

O que nos cabe ressaltar até aqui: o processo é complexo e envolve um denso estudo sociológico, histórico, cultural, semântico, linguístico e semiótico. Uma análise discreta, tomando-se apenas uma dessas perspectivas, poderia ser tecnicamente perfeita e até mais detalhada, mas desconsideraria pressupostos indispensáveis à emergência mais plural do sentido nesses textos jornalísticos. É essa nossa intenção ao propor a transdisciplinaridade: apontar a densa teia de relações estruturais intrínsecas que sustenta esses discursos. Sabemos, contudo, da impossibilidade de que o tema seja exaurido, nem é esse o nosso objetivo. Metodologicamente, acreditamos na riqueza da confluência teórica para chegar às nossas conclusões.

Passaremos, então, à análise de duas reportagens. A primeira delas retratava um sujeito coletivo: as vítimas do rompimento da barragem da mineradora Vale, ocorrida em janeiro de 2019, em Brumadinho, Minas Gerais. A segunda, um perfil de Ricardo Corrêa da Silva, pejorativamente chamado de Fofão da Augusta.

Notícias de (mais uma) tragédia

Em janeiro de 2019, a região do Córrego do Feijão, na zona rural do município de Brumadinho, em Minas Gerais, foi tomada por uma avalanche de lama após o rompimento da barragem da mineradora Vale. O fato se deu menos

de quatro anos após o colapso de outra barragem, em novembro de 2015, da Samarco Mineração, *joint venture* operada no Brasil pela Vale, tendo, ainda, em seu quadro societário, a anglo-australiana BHP Billiton. Distritos de Mariana, Minas Gerais, principalmente o de Bento Rodrigues, o de Gesteira e o de Paracatu de Baixo foram devastados. A lama tóxica seguiu pelo curso do Rio Doce até chegar ao mar. O primeiro dos rompimentos matou 19 pessoas. O segundo, em Brumadinho, ao menos 251, além de outras vítimas permanecerem desaparecidas.

Apesar do pungente drama humano e de responsabilidade socioambiental, tanto por parte da Vale quanto dos órgãos fiscalizadores em diversas instâncias, na data do segundo rompimento ninguém havia sido preso pelo primeiro evento, ocorrido anos antes. As indenizações também não haviam sido pagas, à exceção de casos em que houve acordo extrajudicial, segundo reportagem da *BBC Brasil* (SCHREIBER, 2019). Diante desse cenário desolador, curiosamente, em 2018, a mineradora calculava o lucro milionário a ser dividido entre os diretores da multinacional:

Desde novembro de 2015, quando uma barragem da mineradora Samarco rompeu em Mariana (MG) matando 19 pessoas e causando um desastre ambiental, sua controladora brasileira, a Vale, conseguiu retomar seus lucros e *distribuir bônus polpudos* a seus executivos. Como recompensa pela alta dos lucros em 2017, a mineradora prometeu pagar em 2018 a seis integrantes da diretoria executiva um total *R\$ 30,9 milhões em bonificações*, segundo o Formulário de Referência que a empresa produz anualmente. (SCHREIBER, 2019, grifo da autora)

Procurada, à época, “a assessoria da Vale disse que a empresa está totalmente empenhada em atender as vítimas em Brumadinho e não poderia se manifestar” (SCHREIBER, 2019), contudo, a reportagem também informa que os bônus foram cancelados posteriormente, em função do novo evento, sem informações mais detalhadas por parte da empresa se em caráter temporário ou definitivo. As multas ambientais ainda eram contestadas judicialmente pela Vale na ocasião da reportagem, além de a empresa ter recebido o benefício, na justiça, de extinção de algumas sanções financeiras que somavam centenas de milhões de reais.

Pouco mais de oito meses após esse cenário, o repórter Marcos de Moura e Souza (2019) produziu uma narrativa jornalística para o *Valor Econômico*, cujo foco era um fato denunciado e reconhecido por autoridades locais: a quantidade de pessoas de fora de Brumadinho que estavam se aproveitando da tragédia para ir à cidade e tentar se beneficiar de valores pagos em caráter emergencial e temporário para famílias de pessoas atingidas.

Para começarmos com as questões teóricas, cabe lembrar a lição de Benveniste (1991) sobre o uso da terceira pessoa do singular nas narrativas. Esse uso é empregado para produção de um efeito de impessoalidade, de objetividade. O *e/le* pode designar uma imensidão de pessoas ou mesmo coisas. Por isso, Benveniste o chama de não pessoa, em contraposição a pessoa (*eu/tu*). O *ele* foi e ainda é a escolha em relatos em que se deseja um apagamento de marcas de proximidade, ou seja, subjetividade. Isso ocorre em textos científicos, jurídicos e nos jornalísticos, aqueles que pedem um *distanciamento* do enunciador. Contudo, ainda assim, há outras marcas que demonstram a *presença* na enunciação. Elas podem ser identificadas e é o que nos interessa. Sendo a semiótica o exercício teórico metodológico de extração de valores sintáticos da enunciação, passemos à explicitação dessas estruturas semânticas, narrativas e/ ou discursivas em nosso objeto de análise.

O título “Brumadinho vive entre a dor do luto e satisfação do consumo” já aponta para um *objeto-valor*: dinheiro e a euforização capitalista. Ora, como não reconhecermos a sanção positiva do *mercado*, alertada por Jessé Souza, já de início? A máxima do *dinheiro que traz felicidade...* O suporte em que a matéria é veiculada é um jornal de economia, o que não impediria uma análise que considerasse os impactos humanos, mas, no texto em questão, foram deixados à margem. O relato é de que a população estaria se beneficiando com o auxílio emergencial. Em toda a reportagem, há apenas duas linhas que fazem referência à tragédia que matou centenas de pessoas, todo o restante se dedica a afirmar que a população estaria eufórica com o valor de R\$ 998 mensais, que, nas palavras do enunciador, promoveram “a satisfação do consumo fácil” (MOURA E SOUZA, 2019) no município.

Isso porque, segundo ele, “Brumadinho se viu, de repente, mergulhada em uma inédita febre de consumo”. Pode-se notar que já há uma judicação por parte do enunciador, que não deixa ao seu enunciatário a possibilidade de tirar conclusões próprias. Também não há uma curva narrativa. O texto apenas reitera o título e segue linear nessa asserção. A transformação conjuntiva é óbvia e deliberadamente explicitada desde o começo. O *sujeito* (população) vai em busca do *objeto* (auxílio financeiro), recebendo-o por *doação* – mas com uma valorização de *apropriação*, pois a reportagem cria um efeito de sentido sancionador a respeito do recebimento de tal benefício para fins de um consumismo desregrado. O *destinador* (Vale) instaria o *destinatário* (população) ao consumo e nisso residiria a conjunção com o *objeto-valor*, por meio da modalidade factitiva do *fazer-fazer* (GREIMAS, 2014). A Vale, do papel actancial de responsável por uma tragédia passa a desempenhar o de empresa assistencialista: “os sentimentos são de alegria e, principalmente, alívio financeiro. Sentimentos proporcionados pela própria Vale” e desde que “o *dinheiro da Vale* aflorou nas contas correntes dos moradores” (grifo nosso). Aliás, há uma reiteração do início ao fim de que o dinheiro pertenceria à empresa de mineração e não seria dos moradores por direito de reparação. Sem identificar qualquer fonte, a reportagem especula: “Moradores contam que há muito mais carros circulando e que até cirurgias de *implante de silicone* viraram um hit, *pagas com dinheiro da mineradora*” (grifo nosso). Em outro trecho, a especulação é assumida explicitamente, sem qualquer lastro com um trabalho de apuração jornalístico, não passando, uma vez mais, de publicidade a boatos: “há muitas especulações – não confirmadas pela Vale – de que em 2020 a empresa pagará mais R\$ 35 mil aos moradores ou que estenderá por mais três anos as parcelas mensais do salário-mínimo”. O repórter opta pela divulgação do boato, mesmo tendo apurado a informação oficial, o que só revela no fim da reportagem: “a *bonança* tem prazo para acabar. Pelo acordo firmado, a Vale deposita em dezembro [2019] a última parcela dos pagamentos aos moradores” (grifo nosso). Só se menciona *en passant*, e na metade final do texto, que os benefícios “foram definidos em um termo de acordo preliminar (TAP) assinado com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com a Advocacia-

Geral da União e de Minas Gerais”. Portanto, não há benfeitoria, como se parecia fazer crer. A enunciação, contudo, insiste em construir um *éthos* eufórico da Vale:

O dinheiro pago pela Vale na cidade provocou ainda um outro efeito curioso: o abandono do trabalho. Diretores da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e funcionários da prefeitura dizem que vários moradores que tinham empregos de baixos salários optaram por viver apenas da ajuda da Vale. Pedreiros, diaristas, pessoal de cozinha, caseiros, jardineiros sumiram da praça. (MOURA E SOUZA, 2019, grifo nosso)

A afirmação não apresenta dados oficiais, como orienta a cartilha jornalística – manual, esse, seguido à risca, por exemplo, na reportagem anteriormente apresentada, da *BBC Brasil*. Nessa, no lugar de números de fonte confiável, há apenas uma pretensa fidedignidade na fala de anônimos “funcionários da prefeitura” e “diretores” da CDL. Há menção ao diretor da CDL e à secretária municipal de Desenvolvimento Social, mas em outro ponto da matéria, e respondendo (agora nominalmente) a outras questões, mais pontuais, o que não nos leva a afirmar que nos momentos em que o autor se refere a “diretores da CDL” ou “funcionários da prefeitura” sejam essas as fontes. Poderíamos, no máximo, supor que fossem. Da mesma maneira, não há um dado sobre a quantidade e o perfil mais geral de pessoas que estariam recebendo o salário emergencial, estabelecendo-se, assim, uma correta e inquestionável distinção entre quem poderia estar sendo beneficiado irregularmente e quem realmente tinha direito aos recursos. Em vez disso, o texto afirma, genericamente, que uma “parcela grande de brumadinhenses” estaria feliz com a nova onda de consumo e com o recebimento dos valores. De forma contraditória, contudo, poucas linhas à frente, acusa pessoas de fora da cidade de serem responsáveis por inflar cadastros assistenciais e a densidade populacional, sem mencionar a quantidade de pessoas que se transferiu para a cidade para os trabalhos de resgate, cobertura de mídia, citando apenas ter havido também um fluxo de empresas contratadas pela Vale para reconstrução da cidade (mais uma vez, a empresa aparece como assistencialista). Além dos citados, também houve parentes de vítimas que moravam em outros municípios e vieram em busca de informações dos seus, mas a narrativa

resume o fluxo da seguinte forma: “Segundo a prefeitura, muitas pessoas viram uma oportunidade de começar a receber o dinheiro distribuído pela Vale mudando-se para Brumadinho”. Novamente, sem apontar quem da prefeitura teria dado tal declaração. Não há, também, um dado muito bem definido sobre esse aumento populacional. A reportagem apenas informa que dados “compilados pela prefeitura, com base em registros nos postos de saúde” mostravam que, em dezembro de 2018, havia “39,5 mil moradores, e, em junho deste ano [2019], 43,5 mil”, sem, contudo, apontar um detalhamento desses números preliminares. Da mesma maneira, o texto indica que a receita acumulada de Brumadinho passou de R\$ 52,5 milhões, em 2018, para R\$ 153,8 milhões entre janeiro e junho de 2019. Seria improvável que o comércio tivesse liderado essa explosão, mas a reportagem não explica. Usa, mais uma vez em desacordo com modelos tradicionais de jornalismo, dados de apenas uma loja para indicar que os comerciantes estariam lucrando. Outra dissonância com regras de cobertura jornalística é a citação explícita do nome dessa loja: trata-se de uma unidade da rede *Eletrozema*, de propriedade da família do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do partido Novo. Os funcionários da loja são usados como fonte, não uma, mas duas vezes. São os únicos a participar da reportagem, apesar da afirmação de que “o resultado dessa nova renda está por todos os lados. Lojas de celulares, de roupas, de sapatos, de móveis, de utensílios domésticos, salões de beleza, supermercados multiplicaram suas vendas”. Esses funcionários ouvidos dizem coisas do tipo: “vi uma senhora com seis carrinhos no supermercado dizendo que estava realizando um sonho” ou “Aqui na loja, teve gente que comprou três geladeiras de uma vez”. Nessa mesma direção apontam as demais entrevistas de pessoas apontadas como beneficiárias do “dinheiro da Vale”. Uma alega ter comprado um telefone e estranhamente se gaba do valor do bem: “comprei um iPhone XR de R\$ 3,5 mil. Comprei roupa, sapato e estou usando esse dinheiro também para sair à noite”. Outra, alega: “comprei uma cama”, o que parecia ser uma humanização – alguém que teria perdido tudo e estaria comprando novos móveis – logo recebe o complemento: “essa tragédia não era para ter acontecido, mas o dinheiro está ajudando muito”. Uma terceira pessoa que

a reportagem entrevista, antes desempregada e que teria comprado um fogão na semana anterior, constata: “a vida está voltando aos trilhos, com o novo emprego e com a *distribuição de dinheiro pela Vale*” (grifo nosso).

Apenas duas pessoas fazem um contraponto, expondo o que deveria ser a questão nuclear da reportagem: as apropriações indevidas dos benefícios por pessoas que fraudaram cadastros. Uma delas diz: “de uma hora para outra quem não perdeu parentes fica falando com os outros ‘caiu, caiu, caiu’, se referindo ao dinheiro que cai na conta todo mês” e complementa: “esse é um dinheiro de sangue que as pessoas vulgarizam e comemoram com ele”. A outra pessoa desabafa: “as pessoas ficam rindo da nossa cara, fazem festa, churrasco em cima da nossa dor, uma dor que não acaba”.

O que se pode concluir é que a reportagem, ao não diferenciar os casos e usar dados gerais, estimados, para tratar de uma questão específica, ou mesmo não apresentando dados e, ainda assim, afirmando incidência alta (“parcela grande de brumadinhenses”) de felicidade consumista entre os moradores, o enunciador cria um sujeito coletivo. Ele desenha seu *éthos* como uma unidade coesa, inseparável e, assim, conscientemente ou não, acaba por incluir nessa unidade parentes de vítimas da maior tragédia ambiental do país, que ainda choram seus mortos e permanecem desamparados. Tanto é esse o efeito de sentido produzido que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) divulgou uma nota, à época, condenando veementemente o conteúdo da reportagem (NOTA..., 2019).

Um outro olhar: um outro jornalismo

Passamos à análise da reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece” (FELITTI, 2017). De início, o título já instaura uma estrutura do tipo polêmica pressuponente de um fazer interpretativo que, por sua vez, deverá ser ativado por modalidades (GREIMAS; COURTÉS, 1983) de tipo epistêmicas (*crer-ser x crer não ser*) e também veridictórias (*ser x parecer*). Nota-se, portanto, que o apelo à intersubjetividade é maior, legando ao enunciatário seu estatuto de analista e intérprete de um enunciado prestes a ser apresentado, sem conclusões prévias.

O texto de Chico Felitti apresenta Ricardo Corrêa da Silva, figurativamente familiar aos frequentadores da rua Augusta, em São Paulo, mas que poucos tiveram, como o repórter, a empatia e a curiosidade de saber quem ele realmente era. No subtítulo, o enunciador nos convida a um mergulho no “universo trágico e violento do morador de rua que São Paulo inteira conhece – mas que ninguém sabe quem é”. Por ter silicone no rosto e o material ter se movido um tempo depois, deixando-o com grandes bochechas, passou a ser chamado, de maneira pejorativa, de Fofão da Augusta, uma dupla referência: ao personagem infantil com grandes bochechas da década de 1980 e a uma das ruas mais populares da capital paulista.

Há uma positiva quebra de expectativas também na primeira foto da reportagem, pouco abaixo do subtítulo: uma imagem que nos toca afetivamente, de uma criança, em preto e branco (Figura 1). É como somos introduzidos ao ser humano Ricardo, o perfilado por Chico Felitti. Só mais abaixo, na reportagem, surge a foto pela qual ele é mais conhecido (Figura 2).

"Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece"

O repórter Chico Felitti mergulhou por quatro meses no universo trágico e violento do morador de rua que São Paulo inteira conhece — mas que ninguém sabe quem é.

by **Chico Felitti**
BuzzFeed Contributor

Ver 31 comentários



Figura 1: Foto de Ricardo na infância

Fonte: Felitti (2017).

O texto também é um esgarçamento definitivo, consciente, uma cisão com a empoeirada e apática fórmula repetitiva de se escrever para jornal: deixa marcas de uma *presença sensível* na enunciação, a começar pela proximidade subjetiva, narrado em primeira pessoa – não menos jornalístico e documental por isso. Aliás, muito bem apurado, investigado e contado, o que nos leva a intuir que o efeito de objetividade é uma construção pouco efetiva. São outros os elementos que apontarão para uma peça jornalística equilibrada, sem dúvida. O enunciador começa instaurando uma inversão temporal que, em vez de apenas confirmar a imagem, instiga um desejo de prosseguimento na leitura. Haverá, aqui, uma curva narrativa, já podemos afirmar:

“Oi! O Fofão está no Hospital das Clínicas. Amputaram o dedo dele, que estava gangrenado. Ele tem surtos, quer bater em todo mundo e tem que ser amarrado porque arranca todos os acessos. E não diz coisa com coisa.”

Essa mensagem de Facebook piscou no celular durante o almoço do domingo de Páscoa deste ano, 16 de abril, na casa da minha mãe. Quem tinha escrito era uma analista de sistemas com quem eu nunca tinha conversado na vida, na vida real ou na virtual, mas que era minha amiga de Facebook há anos.

Fofão da Augusta é o apelido de um artista de rua que há mais de 20 anos entrega panfletos de peças de teatro na região da rua Augusta, no centro de São Paulo. Ele virou uma espécie de lenda urbana por causa da sua aparência. (FELITTI, 2017)



Foto sem data, de um dos vários textos na internet sobre a "lenda" do Fofão da Augusta.

Reprodução / Via valebomba.blogspot.com.br

Figura 2: Foto de Ricardo na fase adulta, na noite paulistana

Fonte: Felitti (2017).

Ricardo, assim como as vítimas de Brumadinho são exemplos da *Teoria da Situação Social Marginal*, discutida por Quijano (1978), e da subalternidade, de Spivak (2010). Segundo Diana Luz Pessoa de Barros, eles teriam quebrado contratos sociais implícitos de pertencimento a classes hegemônicas, por exemplo, ou de comportamento ditado por padrões heteronormativos: "sob essa visão, homossexuais não deveriam ser tolerados por prejudicarem a 'boa família brasileira', não se poderia tolerar o negro porque isso impediria um *pretense* branqueamento da nossa sociedade". (MOREIRA; LOPES, 2020, p. 24). No caso de Ricardo, ainda havia a quebra de padrões com uma estética que valoriza o modelo etnocêntrico europeu e norte-americano. Sua imagem era associada a, como citado em um blog na internet, de forma completamente lamentável, uma "aberração" (ELE..., 2009).

Diferentemente dos que o temiam e o apelidavam, a narrativa traz um relato humano, com um rico memorando a respeito da vida de quem tem um nome e uma voz. Tirando-o da sombra da subalternidade, o texto o chama pelo nome Ricardo 142 vezes. A reportagem ouviu desde pessoas que o viam sem falar com ele e tinham versões que alimentavam o imaginário popular de uma lenda urbana até pessoas realmente próximas, que puderam dizer quem foi Ricardo. A reportagem foi até a cidade natal de Ricardo, conversou com parentes, procurou amigos, desvendou um percurso, modalizando pateticamente o sujeito do ser, garantindo-lhe o que talvez jamais tivesse tido durante a vida: cidadania e reconhecimento como *sujeito próprio* e não como *outro sujeito* a partir de relatos hegemônicos, os mesmos que marginalizam o diferente.



Sua mão direita, que teve o dedo médio amputado, no domingo de Páscoa, 16 de abril.

Chico Felitti

Figura 3: Foto de Ricardo na fase adulta, no hospital

Fonte: Felitti (2017).

Considerações finais

A enunciação é uma potente arma e pode construir um projeto de poder. De acordo com Barthes (1989), como toda classificação, a língua é opressiva. Ele

chega a comparar a língua ao fascismo. “O semiólogo francês considera o fato de que, se por um lado, a língua é assertiva e tem papel de constatação, por outro, ao se utilizar de signos, ela só existe se os mesmos forem reconhecidos, na medida em que se repetem, criando estereótipos” (MOREIRA, 2019, p. 221). Conclui-se: “assim que enuncio [...] sou ao mesmo tempo mestre e escravo” (BARTHES, 1989, p. 15).

Contaminada pelo *racismo primordial* (SOUZA, 2020), a enunciação no âmbito do círculo social pode colaborar para manter o sujeito marginalizado ou subalternizado, operando e estimulando os estereótipos, e o jornalismo se insere como parte de um sistema mais amplo e geral. Isso se dá em um ambiente modalizado para que tais práticas se tornem automáticas, por meio de *fabricações de consensos* (BERNAYS, 1955). Dessa maneira, a questão precisa ser pensada de forma estrutural e social, não apenas como um fenômeno isolado da mídia, como muitos críticos insistem em apontar. É necessária uma nova *episteme* que garanta a mudança de práticas encrustadas e impregnantes.

O advento do coronavírus (covid-19) levou Latour (2020) a nos provocar a agir contra os processos cada vez mais selvagens do capital:

Agora é que é a hora de fazer o balanço de fim de ano. À exigência do bom senso: “Retomemos a produção o mais rápido possível”, temos de responder com um grito: “De jeito nenhum!”. A última coisa a fazer seria voltar a fazer tudo o que fizemos antes. (LATOUR, 2020)

É a única maneira de se pensar em um fim do *epistemicídio*, conceito de Boaventura de Sousa Santos (1996)⁷ sobre a violência do apagamento do próprio *existir*, por meio da instauração da subalternidade imposta e em decorrência de processos de colonização e neocolonização ainda existentes.

A própria noção de marginalidade é uma potencialização da mudança, desejo de autonomia (QUIJANO, 1978). Ou, como resumiu Grada Kilomba (2019), em seu *Memórias da plantação*: “todo o processo alcança um estado de *descolonização*;

7 O conceito foi revisitado e rediscutido por autoras como Carneiro (2005), Ribeiro (2019) etc.

isto é, internamente, não se existe mais como a/o 'Outra/o', mas como o eu. Somos eu, somos *sujeitos*, somos quem descreve, somos quem narra [...] tornamo-nos *sujeito*. (p. 144, grifo da autora).

A atual episteme dá sinais de falência sempre que se pensa na ideia de equidade. As mudanças começam pela redução de alteridades, visto que são partes constitutivas do nosso meio de perceber e ordenar o mundo. A ideia mesma de *diferença*, teorizada por Saussure (2006): um signo é aquilo que o outro não é. Na alteridade residem nossas possibilidades de expansão de sentidos. Por que, então, a exclusão em lugar da inclusão?

Referências

BARROS, D. L. P. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, v. 58, n. 1, p. 7-24, 2016.

BARTHES, R. *Aula*. Tradução de L. Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.

BENVENISTE, É. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991 [1966]. p. 247-259.

BERNAYS, E. *Crystallizing public opinion*. Nova York: Ig Publishing, 2011 [1923].

BERNAYS, E. *The engineering of consent*. Norman: University of Oklahoma Press, 1955 [1947].

ELE está no meio de nós. *Vale Bomba*, São Paulo, 29 set. 2009. Disponível em: <http://valebomba.blogspot.com/2009/09/ele-esta-no-meio-de-nos.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NOAM Chomsky: we must confront the “ultranationalist, reactionary” movements growing across globe. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Democracy Now! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qipuoA9QJeQ>. Acesso em: 9 jan. 2021.

FELITTI, C. Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece. *BuzzFeedNews*, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/felitti/fofao-da-augusta-quem-me-chama-assim-nao-me-conhece>. Acesso em: 11 dez. 2020.

GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. Tradução de A. C. de Oliveira. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução de D. F. da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014 [1983].

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de A. D. Lima *et al.* São Paulo: Cultrix, 1983 [1979].

HART, B.H. L. *Strategy*. 2. ed. New York: Fredrick A. Praeger, 1967.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeo Negro, 2019 [2010].

KORYBKO, A. *Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LATOUR, B. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. *Bruno Latour*, Paris, 29 mar. 2020. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

LIND, W. *et al.* The changing face of war: into the fourth generation. *Marine Corps Gazette*, Quantico, p. 22-26, 1989.

LIPPMANN, W. *The public opinion*. Jersey City: Start, 2015 [1922].

MANN, S. R. Chaos theory and strategic thought. *Parameters*, Carlisle, v. 22, n. 1, p. 54-68, 1992.

MOREIRA, F.; LOPES, J. Entrevista com a profa. Diana Luz Pessoa de Barros: a estratégia enunciativa nos discursos de ódio que marcam ambientes políticos e sociais na contemporaneidade. *Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 28, p. 17-26, 2020.

MOREIRA, F. A placenta clariciana: o it vivo e seu instante-já-aleluia. *Estudos semióticos*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 212-235, 2019.

MOREIRA, F. O novo lugar do repórter na cobertura jornalística da covid-19. *Observatório da imprensa*, São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3GT0IsH>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MOURA E SOUZA, M. Brumadinho vive entre a dor do luto e a satisfação do consumo. *Valor econômico*, Belo Horizonte, 30 set. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3bGvtCx>. Acesso em: 7 mar. 2021.

NOTA do MAB sobre matéria veiculada pelo jornal Valor Econômico em 30/09. *Movimento de atingidos por barragens (MAB)*, São Paulo, 2 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BIkKIP>. Acesso em: 6 mar. 2021.

PARSONS, T. *et al. Toward a general theory of action*. New York: Harper Torchbooks, 1965.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p. 11-72.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Polen, 2019.

RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHREIBER, M. Tragédia em Brumadinho: quase três anos após desastre de Mariana, Vale ofereceu R\$ 30 mi em bônus recorde a seis diretores executivos. *BBC Brasil*, São Paulo, 1 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47095802>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOARES, R. L. *Sutileza e grosseria da exclusão nas mídias*. São Paulo: Alameda, 2020.

SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Campinas: Cortez, 1996.

SOUZA, J. *A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Tradução de R. G. Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZILBERBERG, C. *Razão e poética do sentido.* Tradução de I. Lopes, L. Tatit e W. Beividas. São Paulo: Edusp, 2006.

submetido em: 4 jun. 2021 | aprovado em: 30 set. 2021